

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.182 DE 24 DE JULHO DE 2018

Declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Rio Água Clara Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 138 kV T26 PCH Bandeirante/PCH Porto das Pedras - SE Guatambu, localizada no estado de Mato Grosso do Sul.

[Texto Original](#)

[Voto](#)

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 5º, incisos XXII, XXIII e LIV, e art. 170, incisos II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, no art. 151, alínea “c”, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, no art. 29, inciso IX, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, no art. 21 do Decreto 89.817, de 20 junho de 1984, com redação dada pelo Decreto nº 5.334, de 6 de janeiro de 2005, na Resolução Normativa nº 740, de 11 de outubro de 2016, e o que consta do Processo nº 48500.003285/2018-63, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Rio Água Clara Energia S.A., autorizada conforme a Resolução Autorizativa nº [5.523](#), de 20 de outubro de 2015, e o Despacho SCG/ANEEL nº 1.386, de 21 de junho de 2018, a área de terra de 25 metros de largura necessária à passagem da Linha de Transmissão T26 PCH Bandeirante/PCH Porto das Pedras - SE Guatambu, circuito simples, 138 kV, 41 km de extensão, que interligará a Estrutura Terminal T26 da LT PCH Bandeirante/PCH Porto das Pedras à Subestação Guatambu, localizada nos municípios de Chapadão do Sul e Cassilândia, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A área de terra de que trata o **caput** está descrita no Anexo desta Resolução Autorizativa e encontra-se detalhada no Processo nº 48500.003285/2018-63, que está disponível na ANEEL.

Art. 2º Em decorrência da presente declaração de utilidade pública, poderá a outorgada praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das instalações de energia elétrica, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída.

Art. 3º Fica a outorgada obrigada a:

I – promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956;

II – atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, aplicáveis ao empreendimento, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção das instalações;

III – atender as determinações do art. 10 da Resolução Normativa nº [740](#), de 11 de outubro de 2016;

IV – observar o disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos locais em que as instalações atingirem próprios públicos federais, estaduais ou municipais; e

V – se responsabilizar pela construção das travessias por próprios públicos federais, estaduais e municipais, assim como se comprometer com a obtenção das autorizações dos órgãos competentes aos quais cada travessia esteja jurisdicionada.

Art. 4º Os proprietários das áreas de terra referidas no art. 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão constituída, abstendo-se, em consequência, de praticar quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

## ANEXO

A área de terra de que trata a tabela a seguir caracteriza-se por meio do polígono formado pelas coordenadas dos vértices na sequência do caminhamento, no Sistema de Coordenadas UTM, referido ao Sistema Geodésico de Referência SIRGAS 2000 e ao fuso UTM constante na tabela.

<b>ÁREA NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL</b>			
<b>Vértice</b>	<b>Este (m)</b>	<b>Norte (m)</b>	<b>Fuso UTM</b>
1	338445,39	7846097,67	22S
2	338433,26	7846100,81	22S
3	338523,96	7846451,77	22S
4	338486,90	7849557,75	22S
5	337453,90	7854773,60	22S
6	337292,09	7857621,86	22S
7	338714,40	7861193,78	22S
8	345073,18	7864012,36	22S
9	345082,97	7864003,04	22S
10	345092,76	7863993,70	22S
11	338733,86	7861175,06	22S
12	337317,36	7857617,75	22S
13	337478,77	7854776,75	22S
14	338511,87	7849560,35	22S
15	338549,00	7846448,74	22S
16	338457,47	7846094,55	22S

<b>ÁREA NO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA</b>			
<b>Vértice</b>	<b>Este (m)</b>	<b>Norte (m)</b>	<b>Fuso UTM</b>
1	345082,97	7864003,04	22S
2	345073,18	7864012,36	22S
3	345590,68	7864241,75	22S
4	349154,77	7867955,45	22S
5	353741,59	7870464,18	22S
6	355328,47	7874117,30	22S
7	357552,48	7876115,39	22S
8	357873,05	7876419,61	22S
9	357920,95	7876608,24	22S
10	357974,48	7876642,84	22S
11	357988,05	7876621,85	22S
12	357942,77	7876592,58	22S
13	357895,51	7876406,45	22S
14	357569,45	7876097,02	22S
15	355349,23	7874102,34	22S
16	353761,11	7870446,35	22S
17	349170,15	7867935,37	22S
18	345605,31	7864220,89	22S
19	345092,76	7863993,70	22S

